

PRSEANÇA EM COMISSÃO

STC número: 2009-08269

Consultor/Consultora: JOSE PINTO DA MOTA FILHO

Comissão/Reunião: Comissão de Assuntos Sociais

Local: Senado Federal – sala da comissão.

Data: 17 / 09 / 2009.

Período: das 10h às 12h.

Tema/Assunto: Audiência Pública atendendo ao Requerimento nº 68, de 2009 – CAS – Senador Flávio Arns que teve por objetivo debater as alterações na legislação, de que tratou a MP nº 451, de 2008, convertida na Lei nº 11.945, de 2009, que alterou a legislação tributária federal, dando outras providências, naquilo que diz respeito ao DPVAT, seguro que indeniza vítimas de acidentes causados por veículos automotores.

Observações opcionais: As recentes mudanças na legislação que trata do seguro obrigatório de veículos foram objeto de críticas pelo senador Flávio Arns (sem partido-PR), autor do requerimento de audiência pública. Segundo o Senador as alterações realizadas no seguro Dpvat (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre) prejudicam os cidadãos mais simples e beneficiam as seguradoras.

Para o Senador essas modificações legais tiveram o objetivo de capitalizar as seguradoras, ao permitir que elas arrecadem o Dpvat e, na prática, não paguem as indenizações para as vítimas de acidentes

de carro, ressaltando que as receitas anuais com esse seguro estão estimadas em R\$ 6 bilhões.

As alterações nessa legislação foram promovidas por meio da Medida Provisória (MP) 451/08, que se transformou na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009. O vice-presidente da Confederação Nacional de Saúde, Tércio Egon Paulo Kasten, destacou que essas mudanças – ao proibirem o uso da chamada cessão de direitos – restringiram e dificultaram o uso do Dpvat no atendimento às vítimas de acidentes de carro.

Segundo o convidado, a nova regra obriga o paciente a pagar pelo atendimento médico-hospitalar no momento da alta, além de providenciar e encaminhar os documentos exigidos pelas seguradoras, para, após 45 dias, receber o reembolso, que nem sempre é compatível com as reais despesas da vítima.

Os senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Paulo Paim (PT-RS) também criticaram o modo como o seguro vem sendo utilizado. Mozarildo disse que, na verdade, não falta dinheiro para a saúde.

Já o Senador Paulo Paim declarou que "o Dpvat é uma esculhambação". Ele lembrou que, quando era deputado federal, apresentou projeto de lei para acabar com o seguro, "mas essa matéria, que tramita até hoje na Câmara, não avançou devido ao lobby das seguradoras, que continuam arrecadando com isso".

O Senador Flávio Arns protestou também contra a ausência de Armando Vergílio dos Santos Júnior, superintendente da Superintendência de Seguros Privados (Susep). O senador afirmou que Armando vem se recusando, sistematicamente, a vir ao Congresso para dar explicações sobre o assunto, o que é um desrespeito.

Participaram como convidados o Sr. vice-presidente da Confederação Nacional de Saúde, Tércio Egon Paulo Kasten; Sr. Eraldo Luiz Kuster, representando a Confederação das Santas Casas de Misericórdia do Brasil, e o Sr. Dyogo Henrique de Oliveira, Secretário Adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.